



**Formulário de Candidatura a
Procedimento de Mobilidade Interna**

1. Identificação do procedimento

Entidade que realiza o procedimento	
Código de oferta na BEP	

2. Caracterização do posto de trabalho

Carreira		Mobilidade Interna	
Categoria			
Área de atividade			
Empregador Público			

3. Identificação do(a) candidato(a)

Nome completo													
Data de nascimento	Clique ou toque para introduzir uma data.						Sexo	Escolha um item.					
Documento de Identificação Civil							N.º de Identificação Civil						
Nacionalidade							País de Residência						
Identificação Fiscal													
Morada													
Código Postal:							Localidade						
Distrito							Concelho						
Telemóvel													
Telefone													
Endereço de correio eletrónico													

4. Nível habilitacional

Assinale o campo apropriado:

01	Licenciatura	
02	Mestrado	
03	Doutoramento	

04		
05		
06		

5. Outra formação académica e profissional

Área de formação académica	
Área de formação profissional	
Formações académicas e profissionais relevantes	

6. Situação profissional

	Em exercício de funções	
Órgão ou serviço onde exerce funções		
Carreira e categoria		
Atividade exercida ou que exerceu no órgão ou serviço		
Posição e nível remuneratórios detidos		
Avaliação de desempenho		

6. NECESSIDADES ESPECIAIS

Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o respetivo grau, o tipo de deficiência e se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

Grau de incapacidade	
Tipo de incapacidade	

6.1 Especifique as condições especiais necessárias para a realização dos métodos de seleção.

--

7. DECLARAÇÕES FINAIS

Assinale com X os campos seguintes, se concordar e autorizar.

<i>“Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como os constantes no Aviso de Abertura do Procedimento Concursal.”</i>	
--	--

<i>Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g), n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas.”</i>	
---	--

<i>Assinatura</i>			
<i>Localidade</i>		<i>Data</i>	

8. DOCUMENTOS ANEXOS

<i>Certificado de habilitações</i>	
<i>Comprovativos de formação (Quantidade ____)</i>	
<i>Declaração a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022</i>	
<i>Declaração a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022 (quando aplicável)</i>	

<i>Curriculum Vitae</i>	
<i>Outros _____</i>	

**ANEXO AO FORMULÁRIO DE CANDIDATURA DO PROCEDIMENTO DE MOBILIDADE
INTERNA - DIREITO DE INFORMAÇÃO E ACESSO AOS DADOS PESSOAIS (RGPD)**

Proteção de Dados Pessoais

A Câmara Municipal de Carregal do Sal, no âmbito das suas atribuições e competências e no cumprimento do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), na sua atual redação e Lei n.º 58/2019, de 18 de agosto – Lei da Proteção de dados Pessoais, é a responsável pela proteção e tratamento dos dados pessoais das pessoas singulares, no estrito cumprimento dos seus princípios, de forma confidencial, estando os trabalhadores e colaboradores da Câmara Municipal de Carregal do Sal obrigados a um dever de sigilo quanto aos mesmos.

O tratamento dos dados pessoais disponibilizados ocorre no âmbito da gestão do processo de recrutamento, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Europeu em vigor e nos demais termos definidos por Lei.

Direito à informação

O tratamento dos dados pessoais não constitui uma obrigação contratual.

Os destinatários dos dados pessoais são os Recursos Humanos da Câmara Municipal de Carregal do Sal no âmbito do processo de recrutamento.

Os dados pessoais podem ser facultados a entidades terceiras para cumprimento de obrigações legais, designadamente aplicação dos métodos de seleção.

Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo seu titular, incluindo a retificação, o apagamento ou a limitação do seu tratamento.

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação junta da autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Os dados são conservados durante o período previsto no Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais.

Os candidatos têm o direito de exercer os seus direitos no âmbito da política de privacidade.

Tomei conhecimento.

Carregal do Sal, _____ de _____ de 2025.

O(a) candidato(a),
